

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021**  
**TIPO: MENOR PREÇO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23062.002697/2020-86**

Torna-se público que o(a) Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, por meio da Divisão de Aquisição de Bens e Serviços, sediada à Avenida Amazonas, nº5.253, Campus Nova Suíça, B. Nova Suíça, Belo Horizonte/MG, CEP: 30421-169, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com critério de julgamento menor preço por item**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892/2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 12/11/2021

Horário: 10h00min – Horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

Progoeiro responsável: Paulo Henrique Mauro dos Santos – SIAPE: 1576487

## **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço continuado de impressão policrômica em papel, lona e adesivo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em 43 (quarenta e três) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema
- 4.1.2 Para os itens 04, 05, 09, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)
- 4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão

firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- 4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 6.1.1 valor unitário total do item;
  - 6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;
  - 6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.
- 6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
  - 6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
  - 6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
  - 7.26.1 prestados por empresas brasileiras;
  - 7.26.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.26.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
  - 7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



7.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9 DA HABILITAÇÃO**

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
    - 9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

#### **9.8. Habilitação jurídica:**

- 9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.2. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.4. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 9.8.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

- 9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 9.11. Qualificação Técnica:

- 9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o item pertinente, mediante a apresentação de, no mínimo, 02 (dois) atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente preenchidos em papel timbrado, assinado e com carimbo de identificação.
- 9.11.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.11.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua

execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

- 9.11.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
  - 9.11.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.11.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso optem por realizá-la.
- 9.11.2.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h, mediante agendamento prévio através do e-mail [secom@cefetmg.br](mailto:secom@cefetmg.br).
  - 9.11.2.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
  - 9.11.2.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
  - 9.11.2.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
  - 9.11.2.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
  - 9.11.2.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 9.11.3. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e

peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



## **10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
  - 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
  - 10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
  - 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11 DOS RECURSOS**

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.
  - 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

## **16 DO TERMO DE CONTRATO**

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 16.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **17 DO REAJUSTE**

- 17.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 18.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20 DO PAGAMENTO**

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.3 não assinar a ata de registro de preços;

21.1.4 apresentar documentação falsa;

21.1.5 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.6 ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.7 não mantiver a proposta;

21.1.8 cometer fraude fiscal;

21.1.9 comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 Advertência por escrito quando cometer faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 Multa de:

- 21.4.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 21.4.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 21.4.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 21.4.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 do item 19.4 do Termo de Referência; e
- 21.4.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
  - 21.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.
- 21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 21.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 22.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

## **23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail paulo.mauro@cefetmg.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Amazonas, 5.253, Nova Suíça, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 30.421-169, seção Protocolo.

- 23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## **24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [slog.cefetmg.br/licitacoes](http://slog.cefetmg.br/licitacoes). Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados através do endereço [sig.cefetmg.br/public](http://sig.cefetmg.br/public), opção PROCESSOS.
- 24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;
  - 24.12.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
  - 24.12.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
  - 24.12.4 ANEXO IV – Atestado de Vistoria, se for o caso;
  - 24.12.5 ANEXO V - Declaração de desinteresse de vistoria, se for o caso;
  - 24.12.6 ANEXO VI – Modelo de proposta comercial.

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2021.

**Paulo Henrique Mauro dos Santos**

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG  
PREGÃO Nº 01/2021  
(Processo Administrativo n.º 23062.002697/2020-86)

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de **serviço continuado de impressão policrômica em papel, lona e adesivo**, por, no mínimo 12 meses, prorrogáveis dentro das possibilidades previstas em lei, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade (previsão para 12 meses)	Valor unitário máximo ou valor de referência	Valor total do item
1	Revista – modelo Educação e Tecnologia  Formato: até 25 x 40,7cm; lombada 7mm; laminação fosca de um lado; saída em CTP Papel capa: Papel cartão supremo 250g; Papel miolo: Papel AP (off-set) 75g; saída em CTP Formato fechado: 20 x 25cm; acabamento brochura; cola quente  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls): Até 130	un	1200 (12 tiragens de 100 unidades)	R\$81,44	R\$97.728,00
2	Revista – modelo Tunel / Extensão  Formato: até 250g; 28 x 43,7cm; lombada 5mm; laminação fosca de um lado; saída em CTP; verniz uv localizado (frente)	un	3000 (15 tiragens de 200 unidades)	R\$102,00	R\$306.000,00

	<p>Papel capa: Papel couché liso/fosco  Papel miolo: Papel couché liso/fosco 115g; saída em CTP  Formato fechado: 21,6 x 28cm;  acabamento brochura; cola quente</p> <p>Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4  Número de páginas (fls): Até 120</p>				
3	<p>Catálogo quadrado</p> <p>Formato: Até 250g; 21,6 x 28cm; lombada 5mm; laminação fosca de um lado; saída em CTP; verniz localizado UV frente</p> <p>Papel capa: Papel couché liso/fosco  Papel miolo: Papel couché liso/fosco 115g; saída em CTP  Formato fechado; 14,8 x 14,8 cm  acabamento brochura; cola quente ou grampo.  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4  Número de páginas (fls): Até 120</p>	un	5000 (100 TIRAGENS DE 50 UNIDADES)	R\$98,00	R\$490.000,00
4	<p>Cartaz A3 -50</p> <p>Papel capa: 4x0 base d'água frente  Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g  Formato fechado: 32 x 46cm</p>	un	10000 (200 tiragens de 50 unidades)	R\$5,54	R\$55.400,00

	Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4				
5	Cartaz A3 -30  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4	un	6000 (200 tiragens de 30 unidades)	R\$5,80	R\$34.800,00
6	Cartaz A3 – 100  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4	un	30000 (300 tiragens de 100 unidades_	R\$5,51	R\$165.300,00
7	Cartaz A3 - 200  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4	un	20000 (100 tiragens de 200 unidades)	R\$4,20	R\$84.000,00
8	Cartaz A2 - 100  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g	un	20000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$6,70	R\$134.000,00

	<p>Formato fechado: 60x40 Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4</p>				
9	<p>Certificado</p> <p>Papel: Papel couché liso/fosco 115g; laminação fosca ou brilhante; tinta escala off-set. Formato fechado: 21 x 29,7cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1</p>	un	4000 (40 tiragens de 100 unidades)	R\$6,31	R\$25.240,00
10	<p>Diploma</p> <p>Papel: Papel couché liso/fosco 250g; laminação fosca ou brilhante; tinta escala off-set. gravação em CTP; prova Xerox; Hot-stamping holograma. Formato: 21 x 29,7cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1</p>	un	8000 (16 tiragens de 500 unidades)	R\$2,40	R\$19.200,00
11	<p>Folder couché 50</p> <p>Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4</p>	un	10.000 (200 tiragens de 50 unidades).	R\$6,80	R\$68.000,00
12	<p>Folder couché 100</p> <p>Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta</p>	un	20.000 (300 tiragens de 100 unidades)	R\$6,50	R\$130.000,00

	<p>escala off-set. até 5 dobras.</p> <p>Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4</p> <p>Número de cores miolo: 4</p>				
13	<p>Folder couché 200</p> <p>Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras.</p> <p>Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4</p> <p>Número de cores miolo: 4</p>	un	30.000 (150 tiragens de 200 unidades)	R\$6,40	R\$192.000,00
14	<p>Folder couché 500</p> <p>Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras.</p> <p>Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4</p> <p>Número de cores miolo: 4</p>	un	75.000 (150 tiragens de 500 unidades)	R\$2,70	R\$202.500,00
15	<p>Folder reciclado 50</p> <p>Papel capa: Papel reciclado 240g; até 5 dobras. Tinta escala off-set</p> <p>Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4</p> <p>Número de cores</p>	un	2000 (40 tiragens de 50 unidades)	R\$9,40	R\$18.800,00

	miolo: 4 Número de páginas (fls):				
16	<p>Folder reciclado 100</p> <p>Papel capa: Papel reciclado 240g; até 5 dobras. Tinta escala off-set</p> <p>Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm</p> <p>Número de cores capa: 4</p> <p>Número de cores miolo: 4</p> <p>Número de páginas (fls):</p>	un	4000 (40 tiragens de 100 unidades)	R\$8,60	R\$34.400,00
17	<p>Jornal modelo Diagrama</p> <p>Papel capa: Papel reciclado 120g; grampeado.</p> <p>Papel miolo: Papel reciclado 120g; grampeado</p> <p>Formato fechado: 26 x 30cm (tabloide)</p> <p>Número de cores capa: 4</p> <p>Número de cores miolo: 4 Número de páginas: até 20</p>	un	42000 (12 tiragens de 3500 unidades)	R\$8,19	R\$343.980,00
18	<p>Pasta</p> <p>Papel capa: Pastas com até 2 bolsas internas, 15 x 21cm dobrado, faca especial, laminação fosca 1 lado, verniz uv localizado</p> <p>Papel miolo: offset 240g</p> <p>Formato fechado: 47</p>	un	4000 (08 tiragens de 500 unidades)	R\$7,40	R\$29.600,00

	x 48,5cm, formato fechado 22 x 31,5cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4				
19	Postal 100  Papel capa: Papel-Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Papel miolo: Papel-Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Formato fechado: 11,5 x 20 Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1.	un	20000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$9,78	R\$195.600,00
20	Postal 400  Papel capa: Papel-Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Papel miolo: Papel-Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Formato fechado: 11,5 x 20 Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1.	un	40000 (100 tiragens de 400 unidades)	R\$4,20	R\$168.000,00
21	Catálogo 01  Capa: 29.7x42cm, 4x4 cores, Tinta Escala em Couché Fosco 300g. Miolo: 16 pág., Formato: Até 21x29.7cm, 4 cores, Tinta Escala em Couché Fosco 150g. Orientação: retrato ou paisagem. Dobrado, Grampeado ou colado e com lobada, se for o caso. Laminação Fosca=1 LADOS	un	6000 (120 tiragens de 50 unidades)	R\$110,73	R\$664.380,00



	Capa. Verniz localizado UV 1 lado. Número de páginas (fl.): até 80				
22	Marcador de livro  Papel capa: Papel- Cartão supremo 300g; Papel miolo: Papel- Cartão supremo 300g; Formato: 6cm x 20cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4.	un	12000 (120 tiragens de 100 unidades)	R\$3,78	R\$45.360,00
23	Livro-álbum  Capa: aberto 46,6 x 27cm; papel cartão 250 g; 4x4 cores; verniz UV localizado;  Miolo: 23 x 27cm; papel LWC Lightweight / AP / chouchê brilhante 60 a 70g; 4x4 cores; número de página no miolo: 112.	un	2000 (4 tiragens de 500 unidades)	R\$81,95	R\$163.900,00
24	Foto autocolantes  papel adesivo A4 ; 4x0 cores. 110 modelos. Tamanho: 6,5 x 5cm  As figuras devem vir embaladas em envelope de papel opaco no tamanho das figuras; cada embalagem deve conter cinco fotos sortidas.	un	220.000 (04 tiragens de 500 unidades de cada um dos 110 modelos)	R\$0,45	R\$99.000,00

25	<p>Livro ilustrado</p> <p>Número de páginas: 48 a 100 Capa dura com sobrecapa: 26.5 x 22 fechado; 4 x 4 cores lombada quadrada; laminação fosca; verniz UV localizado.</p> <p>Sobrecapa (medida fechada) – 26.5 x 22 c/ orelha; papel couché fosco 180 g; 4x4 cores; laminação fosca. Miolo – 26 x 22 ; papel couché fosco 150 g; 4x4 cores; cola; costura.</p>	un	500 unidades (05 tiragens de 100 unidades)	R\$173,64	R\$86.820,00
26	<p>Catálogo 02</p> <p>Capa: 29,7x42 cm; 4x4 cores, tinta escala em couchê fosco 300g.</p> <p>Miolo: 16pág, formato até 21x29,7 cm. 4 cores, tinta escala em couchê fosco 150g.</p> <p>Orientação: retrato ou paisagem dobrado, grampeado ou colado e com lombada, se for o caso. Laminação fosca 1 lado, capa. Verniz localizado UV1 lado. Número de páginas: 16 a 120.</p>	un	20.000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$198,00	R\$3.960.000,00
27	<p>Selo autoadesivo</p> <p>Selo autoadesivo redondo em Papel A4, 4x0, medida 3,8 cm</p>	un	1000 (2 tiragens de 500 unidades)	R\$3,50	R\$3.500,00
28	<p>Envelope postal</p> <p>Papel A4 4x0,</p>	un	2000 (4 tiragens de 500 unidades)	R\$2,50	R\$5.000,00

	lombada quadrada de até 01 cm, formato fechado 12,5 x 21cm				
29	Adesivo identificação setorial  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 29,5x12 cm	un	QUANTIDA DE: 1500 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$2,50	R\$3.750,00
30	Adesivo identificação dependências (10x12)  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 10x12 cm	un	QUANTIDA DE: 500 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$1,50	R\$750,00
31	Adesivo quadrado grande  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 40x40 cm	un	QUANTIDA DE: 100 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$8,50	R\$850,00
32	Adesivo identificação de veículo  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 60x30 cm	un	QUANTIDA DE: 200 (tiragem mínima: 02 unidades)	R\$10,00	R\$2.000,00
33	Adesivo quadrado extragrande  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 60x60 cm	un	QUANTIDA DE: 100 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$15,00	R\$1.500,00
34	42: Adesivo automotivo  Impressão digital	un	QUANTIDA DE: 2000 (20 tiragens de 100 unidades)	R\$2,50	R\$5.000,00

	colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 Tamanho máximo 10x12 cm. Cola na frente (para instalação INTERNA em para-brisa veicular.				
35	Adesivo geral  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 Tamanho máximo 10x12 cm	un	QUANTIDADE DE: 2000 20 tiragens de 100 unidades	R\$2,50	R\$5.000,00
36	Lona para empena horizontal – rua José de Alencar  Instalação e impressão de painel vertical em lona com a gramatura de 440 gramas, digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, com borda reforçada com ilhós, para ser instalada no painel externo situado no campus I – 9,0 x 3,0 m. PAINEL HORIZONTAL. ALTURA MÉDIA DA BASE DA PLACA: 4M INSTALAÇÃO DO PAINEL: Campus I – Av. Amazonas, 5253 – Nova Suíça – CEP: 30421-169 – Belo Horizonte (MG)	un	06 unidades (tiragem mínima: 01)	R\$3.400,00	R\$20.400,00
37	Lona para empena vertical – Avenida Amazonas  Instalação e Impressão de painel em lona com a gramatura de 440 gramas, digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de	un	06 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$4.000,00	R\$24.000,00

	<p>resolução, somente frente, com borda reforçada com ilhós, para ser instalada no painel externo situado no campus I – 10,2 x 3,5 m. ATENÇÃO: PAINEL VERTICAL. INSTALAÇÃO DEMANDA RAPPEL (preferencialmente) OU CAMINHÃO MUNCK. INSTALAÇÃO DO PAINEL: Campus I – Av. Amazonas, 5253 – Nova Suíça – CEP: 30421-169 – Belo Horizonte (MG)</p>				
38	<p>Lona para empena horizontal – <i>campus II</i></p> <p>Instalação e Impressão digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de painel em lona com 440 gramas de gramatura, com borda reforçada em ilhós, fixada com abraçadeiras para ser instalada em uma estrutura móvel no campus II do CEFET-MG. medidas: 4,82x2,82. INSTALAÇÃO DO PAINEL: Avenida Amazonas, 7675 – Nova Gameleira. CEP 30510-000 Belo Horizonte (MG)</p>	<i>un</i>	06 (tiragem mínima: 1)	R\$1.190,00	R\$7.140,00
39	<p>Lona - metro</p> <p>Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de Banner em</p>	<i>m</i>	<p>QUANTIDA DE: 210m</p> <p>Unidades (tiragem mínima: 01 unidade de 3x3m)</p>	R\$74,50	R\$15.645,00

	lona, gramatura de 440 gramas, com acabamento em ilhós e cordão; ou bastão de metalão, se necessário. Formato mínimo: 1x1. Máximo: 8x3				
40	<i>Banner 1 x 1,5</i> Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de banner em lona, com 440 gramas de gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 1,00 x 1,50 m	<i>un</i>	<i>100 (tiragem mínima: 01 unidade).</i>	<i>R\$85,00</i>	<i>R\$8.500,00</i>
41	<i>Banner 1,2 x 0,80</i> Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de Banner em lona, gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 0,80 x 1,20 m	<i>un</i>	<i>1200 (tiragem mínima: 01)</i>	<i>42,00</i>	<i>R\$50.400,00</i>
42	<i>Faixa 2,0 x 0,70</i> Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, frente e verso, de Banner em lona, gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 0,70 x 2,0 m	<i>un</i>	<i>200 (tiragem mínima: 01 unidade).</i>	<i>R\$85,00</i>	<i>R\$17.000,00</i>
43	<i>Faixa 4,2 x 0,80</i>	<i>un</i>	<i>100 (tiragem mínima: 02)</i>	<i>R\$245,00</i>	<i>R\$24.500,00</i>

	Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de faixa em lona com 380 gramas de gramatura, com acabamento de bastão e corda nas extremidades – 4,2 x 0,80 m		unidades).		
--	--	--	------------	--	--

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

<i>Órgão Gerenciados: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais</i>			
<i>ITEM</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Quantidade (prevista para 12 meses)</i>
1	Revista – modelo Educação e Tecnologia	un	1200 (12 tiragens de 100 unidades)
2	Revista – modelo Tunel / Extensão	un	3000 (15 tiragens de 200 unidades)
3	Catálogo quadrado Número de páginas (fls): Até 120	un	5000 (100 TIRAGENS DE 50 UNIDADES)
4	Cartaz A3 -50	un	10000 (200 tiragens de 50 unidades)
5	Cartaz A3 -30	un	6000 (200 tiragens de 30 unidades)
6	Cartaz A3 – 100	un	30000 (300 tiragens de 100 unidades_
7	Cartaz A3 - 200	un	20000 (100 tiragens de 200 unidades)
8	Cartaz A2 - 100	un	20000 (200 tiragens de 100 unidades)
9	Certificado	un	4000 (40 tiragens de 100 unidades)
10	Diploma	un	8000 (16 tiragens de 500

			unidades)
11	Folder couché 50	un	10.000 (200 tiragens de 50 unidades).
12	Folder couché 100	un	20.000 (300 tiragens de 100 unidades)
13	Folder couché 200	un	30.000 (150 tiragens de 200 unidades)
14	Folder couché 500	un	75.000 (150 tiragens de 500 unidades)
15	Folder reciclado 50	un	2000 (40 tiragens de 50 unidades)
16	Folder reciclado 100	un	4000 (40 tiragens de 100 unidades)
17	Jornal modelo Diagrama	un	42000 (12 tiragens de 3500 unidades)
18	Pasta	un	4000 (08 tiragens de 500 unidades)
19	Postal 100	un	20000 (200 tiragens de 100 unidades)
20	Postal 400	un	40000 (100 tiragens de 400 unidades)
21	Catálogo 01	un	6000 (120 tiragens de 50 unidades)
22	Marcador de livro	un	12000 (120 tiragens de 100 unidades)
23	Livro-álbum	un	2000 (4 tiragens de 500 unidades)
24	Foto autocolantes	un	220.000 (04 tiragens de 500 unidades de cada um dos 110 modelos)
25	Livro ilustrado	un	500 unidades (05 tiragens de 100 unidades)
26	Catálogo 02	un	20.000 (200 tiragens de 100 unidades)
27	Selo autoadesivo	un	1000 (2 tiragens de 500 unidades)

---



28	Envelope postal	un	2000 (4 tiragens de 500 unidades)
29	Adesivo identificação setorial	un	QUANTIDA DE: 06 Unidades (tiragem mínima: 01 unidade)
30	Lona para empena horizontal – campus II	un	06 (tiragem mínima: 06)
30	Adesivo identificação dependências (10x12)	un	QUANTIDA DE: 06 (tiragem mínima: 01 unidade)
31	Adesivo quadrado grande	un	QUANTIDA DE: 210m (tiragem mínima: 01 unidade de 3x3)
32	Adesivo identificação de veículo	un	QUANTIDA DE: 100 (tiragem mínima: 01 unidade)
33	Adesivo quadrado extragrande	un	QUANTIDA DE: 1200 (tiragem mínima: 01 unidade)
34	42: Adesivo automotivo	un	QUANTIDA DE: 200 (tiragem mínima: 01 unidade)
35	Adesivo geral	un	QUANTIDA DE: 100 (tiragem mínima: 01 unidade)
36	Lona para empena horizontal – rua José de Alencar	un	100 unidades (tiragem mínima: 01)
37	Lona para empena vertical – Avenida Amazonas	un	200 (20 tiragens de 100 unidades)
39	Lona - metro	un	QUANTIDA DE: 06 Unidades (tiragem mínima: 01 unidade)
40	Banner 1 x 1,5	un	100 (tiragem mínima: 01 unidade).
41	Banner 1,2 x 0,80	un	500 (tiragem mínima: 01)
42	Faixa 2,0 x 0,70	un	100 (tiragem mínima: 01 unidade).
43	Faixa 4,2 x 0,80	un	200

			(tiragem mínima: 02 unidades).
--	--	--	--------------------------------

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço continuado comum de impressão colorida em papel, lona e plásticos adesivos.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço unitário.
- 1.5. *O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993*

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. *Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.*
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
  - 5.1.1.....*Dois (02) atestados de capacidade técnica em formato digital timbrado, com CNPJ, assinado e com carimbo de identificação;*
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.
- 5.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

## **6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.**

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas.
- 6.2. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*
- 6.2.1. *Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*
- 6.3. *Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.*
- 6.4. *A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*
- 6.5. *A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 O contratante, por ordem de serviço, solicita à contratada a impressão dos itens listados no instrumento contratual; em alguns casos, há a necessidade de modelo de prova de impressão.

7.1.2 A contratada executa o serviço, entregando-o dentro do prazo de três (3) dias para impressão em papel, lonas – pequenos formatos – e plásticos adesivos; e cinco (5) dias para lonas – grandes formatos (empenas). A entrega acontecerá no seguinte endereço: SECOM / CEFET-MG – Prédio Administrativo, segundo andar: Avenida Amazonas, 5.253, Nova Suíça, Belo Horizonte, MG. CEP 30.421-169

7.1.3 Os fiscais encaminham o material para checagem de atendimento das especificações e, em caso positivo, atestam de imediato a nota fiscal relativa àquela entrega. Em caso negativo, o contratado é imediatamente comunicado do não atendimento dos critérios, e tem prazo máximo de três (3) dias para entregar o item solicitado de acordo com as especificações..

---

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

8.1 A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Comunicação Social do CEFET-MG, sempre em consonância com o parecer técnico dos fiscais, relativos ao atendimento das especificações; e, ainda, pelas demais instâncias gestoras de administração da instituição, no que lhes couber.

8.2 Contratante e contratada usarão, preferencialmente, comunicação via correio eletrônico e, se for o caso, contato telefônico, para quaisquer questões a serem sanadas.

8.3 A aferição do controle do material se dará pelo ateste dos fiscais no atendimento das especificações, além do cumprimento do prazo para a entrega.

8.4 o recebimento provisório se dará no ato da entrega do material solicitado. Já o recebimento definitivo acontecerá após os atestes dos fiscais.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá contar com equipamentos, materiais, ferramentas, utensílios e mão-de-obra necessários, nas quantidades suficientes para que toda a demanda estimada pelo instrumento de contratação seja atendida nos seus devidos prazos, promovendo sua reposição, quando necessário.*

## **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

10.1.1. *Precisão no prazo de entrega;*

10.1.2. *Qualidade técnica da impressão*

10.1.3. *Qualidade técnica do material a ser impresso;*

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

---

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os

seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

---

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

---

- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto tendo como base o atendimento das especificações dos itens solicitados e o prazo para a entrega, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade
- 15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
-



15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-

se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

---

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 18. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

18.1. Não haverá antecipação de pagamento.

## 19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice *IPCA* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

---

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.2 O atestado de capacidade técnica, bem como a previsão estimada do consumo nos

12 meses de vigência contratual são suficientes para que a empresa se programe para a devida entrega do material solicitado, dentro dos prazos hábeis.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

---

- 21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- 21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.4. (os dois atestados de qualificação técnica devidamente preenchidos em papel timbrados, assinados e com carimbo de identificação.
- 22.5. *Os critérios de aceitabilidade de preços serão valores unitários, conforme planilha de composição de preços, anexa ao edital;*
- 21.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.
- 21.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
-



**23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

22.1. *O custo estimado da contratação é de R\$8.008.943,00 (oito milhões, oito mil, novecentos e quarenta e três reais).*

**24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

24.1. Sistema de Registro de Preços - SRP

*Município de Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

# ANEXO II

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### Nº ...../2021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2021

PROCESSO Nº: 23062.002697/2020-86

TIPO: MENOR PREÇO

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CEFET/MG**, com sede Av. Amazonas, nº 5253, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.220.203/0001-96, neste ato representado pelo Diretor-Geral **Prof. Flávio Antônio dos Santos**, nomeado pela Portaria nº 1.735, de 11 de outubro de 2019, publicada no DOU de 15 de outubro de 2019, inscrito no CPF nº 503.025.236-34, portador da Carteira de Identidade nº MG-2.775.556, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2021**, processo administrativo n.º 23062.002697/2020-86, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços continuado de **IMPRESSÃO POLICRÔMICA EM PAPEL, LONA E ADESIVO**, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 01/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

	Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls): Até 120				
4	Cartaz A3 -50  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4	UN	10000 (200 tiragens de 50 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
5	Cartaz A3 -30  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4	UN	6000 (200 tiragens de 30 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
6	Cartaz A3 – 100  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4	UN	30000 (300 tiragens de 100 unidades_	R\$ XXXX	R\$ XXXX
7	Cartaz A3 - 200  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4	UN	20000 (100 tiragens de 200 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
8	Cartaz A2 - 100  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 60x40  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4	UN	20000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
9	Certificado  Papel: Papel couché liso/fosco 115g; laminação fosca ou brilhante; tinta escala off-set.	UN	4000 (40 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

	Formato fechado: 21 x 29,7cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1				
10	Diploma Papel: Papel couché liso/fosco 250g; laminação fosca ou brilhante; tinta escala off-set. gravação em CTP; prova Xerox; Hot- stamping holograma. Formato: 21 x 29,7cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1	UN	8000 (16 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
11	Folder couché 50 Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4	UN	10.000 (200 tiragens de 50 unidades).	R\$ XXXX	R\$ XXXX
12	Folder couché 100 Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4	UN	20.000 (300 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
13	Folder couché 200 Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4	UN	30.000 (150 tiragens de 200 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
14	Folder couché 500	UN	75.000 (150 tiragens de 500)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

	Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4		unidades)		
15	Folder reciclado 50 Papel capa: Papel reciclado 240g; até 5 dobras. Tinta escala off-set Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls):	UN	2000 (40 tiragens de 50 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
16	Folder reciclado 100 Papel capa: Papel reciclado 240g; até 5 dobras. Tinta escala off-set Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls):	UN	4000 (40 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
17	Jornal modelo Diagrama Papel capa: Papel reciclado 120g; grampeado. Papel miolo: Papel reciclado 120g; grampeado Formato fechado: 26 x 30cm (tabloide) Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas: até 20	UN	42000 (12 tiragens de 3500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
18	Pasta Papel capa: Pastas com até 2 bolsas internas, 15 x 21cm dobrado, faca especial, laminação fosca 1 lado, verniz uv localizado Papel miolo: offset 240g Formato fechado: 47 x 48,5cm, formato fechado 22 x 31,5cm	UN	4000 (08 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

	Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4				
19	Postal 100  Papel capa: Papel- Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Papel miolo: Papel- Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Formato fechado: 11,5 x 20  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1.	UN	20000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
20	Postal 400  Papel capa: Papel- Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Papel miolo: Papel- Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Formato fechado: 11,5 x 20  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1.	UN	40000 (100 tiragens de 400 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
21	Catálogo 01  Capa: 29.7x42cm, 4x4 cores, Tinta Escala em Couché Fosco 300g. Miolo: 16 pág., Formato: Até 21x29.7cm, 4 cores, Tinta Escala em Couché Fosco 150g. Orientação: retrato ou paisagem. Dobrado, Grampeado ou colado e com lobada, se for o caso. Laminação Fosca=1 LADOS Capa. Verniz localizado UV 1 lado. Número de páginas (fl.): até 80	UN	6000 (120 tiragens de 50 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
22	Marcador de livro  Papel capa: Papel- Cartão supremo 300g; Papel miolo: Papel- Cartão supremo 300g; Formato: 6cm x 20cm  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4.	UN	12000 (120 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

23	Livro-álbum Capa: aberto 46,6 x 27cm; papel cartão 250 g; 4x4 cores; verniz UV localizado; Miolo: 23 x 27cm; papel LWC Lightweigt / AP / chouchê brilhante 60 a 70g; 4x4 cores; número de página no miolo: 112.	UN	2000 (4 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
24	Foto autocolantes papel adesivo A4 ; 4x0 cores. 110 modelos. Tamanho: 6,5 x 5cm As figuras devem vir embaladas em envelope de papel opaco no tamanho das figuras; cada embalagem deve conter cinco fotos sortidas.	UN	220.000 (04 tiragens de 500 unidades de cada um dos 110 modelos)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
25	Livro ilustrado Número de páginas: 48 a 100 Capa dura com sobrecapa: 26.5 x 22 fechado; 4 x 4 cores lombada quadrada; laminação fosca; verniz UV localizado. Sobrecapa (medida fechada) – 26.5 x 22 c/ orelha; papel couché fosco 180 g; 4x4 cores; laminação fosca. Miolo – 26 x 22 ; papel couché fosco 150 g; 4x4 cores; cola; costura.	UN	500 unidades (05 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
26	Catálogo 02 Capa: 29,7x42 cm; 4x4 cores, tinta escala em couchê fosco 300g. Miolo: 16pág, formato até 21x29,7 cm. 4 cores, tinta escala em couché fosco 150g. Orientação: retrato ou paisagem dobrado, grampeado ou colado e com lombada, se for o caso. Laminação fosca 1 lado, capa. Verniz localizado UV1 lado. Número de páginas: 16 a 120.	UN	20.000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
27	Selo autoadesivo Selo autoadesivo redondo em Papel A4, 4x0, medida 3,8 cm	UN	1000 (2 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
28	Envelope postal Papel A4 4x0, lombada quadrada de até 01 cm, formato fechado 12,5 x 21cm	UN	2000 (4 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
29	Adesivo identificação setorial	UN	QUANTIDA DE: 1500 (tiragem)	R\$ XXXX	R\$ XXXX





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

	Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 29,5x12 cm		mínima: 01 unidade)		
30	Adesivo identificação dependências (10x12) Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 10x12 cm	UN	QUANTIDA DE: 500 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
31	Adesivo quadrado grande Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 40x40 cm	UN	QUANTIDA DE: 100 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
32	Adesivo identificação de veículo Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 60x30 cm	UN	QUANTIDA DE: 200 (tiragem mínima: 02 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
33	Adesivo quadrado extragrande Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 60x60 cm	UN	QUANTIDA DE: 100 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
34	42: Adesivo automotivo Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 Tamanho máximo 10x12 cm. Cola na frente (para instalação INTERNA em para-brisa veicular.	UN	QUANTIDA DE: 2000 (20 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
35	Adesivo geral Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 Tamanho máximo 10x12 cm	UN	QUANTIDA DE: 2000 20 tiragens de 100 unidades	R\$ XXXX	R\$ XXXX
36	Lona para empena horizontal – rua José de Alencar  Instalação e impressão de painel vertical em lona com a gramatura de 440 gramas, digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, com borda reforçada com ilhós, para ser instalada no painel externo situado no campus I – 9,0 x 3,0 m. PAINEL HORIZONTAL. ALTURA MÉDIA DA BASE DA PLACA: 4M INSTALAÇÃO DO PAINEL: Campus I – Av. Amazonas, 5253 – Nova Suíça – CEP: 30421-169 – Belo Horizonte (MG)	UN	06 unidades (tiragem mínima: 01)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
37	Lona para empena vertical – Avenida Amazonas	UN	06 (tiragem mínima:	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

	Instalação e Impressão de painel em lona com a gramatura de 440 gramas, digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, com borda reforçada com ilhós, para ser instalada no painel externo situado no campus I – 10,2 x 3,5 m. ATENÇÃO: PAINEL VERTICAL. INSTALAÇÃO DEMANDA RAPPEL (preferencialmente) OU CAMINHÃO MUNCK. INSTALAÇÃO DO PAINEL: Campus I – Av. Amazonas, 5253 – Nova Suíça – CEP: 30421-169 – Belo Horizonte (MG)		01 unidade)		
38	Lona para empena horizontal – campus II  Instalação e Impressão digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de painel em lona com 440 gramas de gramatura, com borda reforçada em ilhós, fixada com abraçadeiras para ser instalada em uma estrutura móvel no campus II do CEFET- MG. medidas: 4,82x2,82. INSTALAÇÃO DO PAINEL: Avenida Amazonas, 7675 – Nova Gameleira. CEP 30510-000 Belo Horizonte (MG)	UN	06 (tiragem mínima: 1)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
39	Lona - metro  Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de Banner em lona, gramatura de 440 gramas, com acabamento em ilhós e cordão; ou bastão de metalão, se necessário. Formato mínimo: 1x1. Máximo: 8x3	UN	QUANTIDA DE: 210m Unidades (tiragem mínima: 01 unidade de 3x3m)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
40	Banner 1 x 1,5  Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de banner em lona, com 440 gramas de gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 1,00 x 1,50 m	UN	100 (tiragem mínima: 01 unidade).	R\$ XXXX	R\$ XXXX
41	Banner 1,2 x 0,80  Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de Banner em lona, gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 0,80 x 1,20 m	UN	1200 (tiragem mínima: 01)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
42	Faixa 2,0 x 0,70  Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, frente e verso, de Banner em lona, gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 0,70 x 2,0 m	UN	200 (tiragem mínima: 01 unidade).	R\$ XXXX	R\$ XXXX
43	Faixa 4,2 x 0,80  Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de faixa em lona com 380 gramas de gramatura, com acabamento de bastão e corda nas extremidades – 4,2 x 0,80 m	UN	100 (tiragem mínima: 02 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

**TOTAL:**

**R\$ XXXX**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### **4. VALIDADE DA ATA**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

### **5. REVISÃO E CANCELAMENTO**

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
- 5.9.2. a pedido do fornecedor.

## **6. DAS PENALIDADES**

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

- 6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **7. CONDIÇÕES GERAIS**

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belo Horizonte, .....de.....de 2021

**Prof. Flávio Antônio dos Santos**  
**Diretor-Geral CEFET/MG**

**Sr (a). XXXXXXXXXXXXX**  
**Representante legal da Empresa**



## ANEXO III

# MINUTA - CONTRATO Nº XXX/2021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021  
PROCESSO Nº: 23062.002697/2020-86  
TIPO: MENOR PREÇO

TERMO DE CONTRATO Nº ...../ , QUE  
FAZEM ENTRE SI O CENTRO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA –  
CEFET/MG E A EMPRESA  
.....

O **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CEFET/MG**, com sede Av. Amazonas, nº 5253, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.220.203/0001-96, neste ato representado pelo Diretor-Geral **Prof. Flávio Antônio dos Santos**, nomeado pela Portaria nº 1.735, de 11 de outubro de 2019, publicada no DOU de 15 de outubro de 2019, inscrito no CPF nº 503.025.236-34, portador da Carteira de Identidade nº MG-2.775.556, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 23062.002697/2020-86 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 001/2021., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços continuados de **IMPRESSÃO POLICRÔMICA EM PAPEL, LONA E ADESIVO** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (PREVISÃO PARA 12 MESES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Revista – modelo Educação e Tecnologia  Formato: até 25x 40,7cm; lombada 7mm; laminação fosca de um lado; saída em CTP Papel capa: Papel cartão supremo 250g; Papel miolo: Papel AP (off- set) 75g; saída em CTP Formato fechado: 20 x 25cm; acabamento brochura; cola quente.  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls): Até 130	UN	1200 (12 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
2	Revista – modelo Tunel / Extensão  Formato: até 250g; 28 x 43,7cm; lombada 5mm; laminação fosca de um lado; saída em CTP; verniz uv localizado (frente) Papel capa: Papel couché liso/fosco Papel miolo: Papel Couché liso/fosco 115g; saída em CTP Formato fechado: 21,6 x 28cm; acabamento brochura; cola quente.  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls): Até 120	UN	3000 (15 tiragens de 200 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
3	Catálogo quadrado  Formato: Até 250g; 21,6 x 28cm; lombada 5mm; laminação fosca de um lado; saída em CTP; verniz localizado UV frente Papel capa: Papel couché liso/fosco Papel miolo: Papel couché liso/fosco 115g; saída em CTP Formato fechado; 14,8 x 14,8 cm acabamento brochura; cola quente ou grampo.  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls): Até 120		5000 (100 TIRAGENS DE 50 UNIDADES)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
4	Cartaz A3 -50  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm		10000 (200 tiragens de 50 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

	Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4				
5	Cartaz A3 -30  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4		6000 (200 tiragens de 30 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
6	Cartaz A3 – 100  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4		30000 (300 tiragens de 100 unidades_	R\$ XXXX	R\$ XXXX
7	Cartaz A3 - 200  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 32 x 46cm  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4		20000 (100 tiragens de 200 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
8	Cartaz A2 - 100  Papel capa: 4x0 base d'água frente Papel miolo: Papel couché liso/fosco 150g Formato fechado: 60x40  Número de cores: Até 4x4 (frente e verso) Dobras: Até 4		20000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
9	Certificado  Papel: Papel couché liso/fosco 115g; laminação fosca ou brilhante; tinta escala off-set. Formato fechado: 21 x 29,7cm  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1		4000 (40 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
10	Diploma  Papel: Papel couché liso/fosco 250g; laminação fosca ou brilhante; tinta escala off-set.		8000 (16 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

	gravação em CTP; prova Xerox; Hot- stamping holograma. Formato: 21 x 29,7cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1				
11	Folder couché 50 Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4		10.000 (200 tiragens de 50 unidades).	R\$ XXXX	R\$ XXXX
12	Folder couché 100 Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4		20.000 (300 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
13	Folder couché 200 Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4		30.000 (150 tiragens de 200 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
14	Folder couché 500 Papel capa: Papel couché liso/fosco 170g até 320g; tinta escala off-set. até 5 dobras. Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4		75.000 (150 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
15	Folder reciclado 50		2000 (40 tiragens de 50 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

	Papel capa: Papel reciclado 240g; até 5 dobras. Tinta escala off-set Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls):				
16	Folder reciclado 100  Papel capa: Papel reciclado 240g; até 5 dobras. Tinta escala off-set Papel miolo: Formato aberto: 21 x 29,7cm até 29,7 x 42cm  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas (fls):		4000 (40 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
17	Jornal modelo Diagrama  Papel capa: Papel reciclado 120g; grampeado. Papel miolo: Papel reciclado 120g; grampeado Formato fechado: 26 x 30cm (tabloide)  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4 Número de páginas: até 20		42000 (12 tiragens de 3500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
18	Pasta  Papel capa: Pastas com até 2 bolsas internas, 15 x 21cm dobrado, faca especial, laminação fosca 1 lado, verniz uv localizado Papel miolo: offset 240g Formato fechado: 47 x 48,5cm, formato fechado 22 x 31,5cm  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4		4000 (08 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
19	Postal 100  Papel capa: Papel- Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Papel miolo: Papel- Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Formato fechado: 11,5 x 20		20000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

	Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1.				
20	Postal 400  Papel capa: Papel- Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Papel miolo: Papel- Cartão supremo 300g; verniz UV localizado frente Formato fechado: 11,5 x 20  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 1.		40000 (100 tiragens de 400 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
21	Catálogo 01  Capa: 29.7x42cm, 4x4 cores, Tinta Escala em Couché Fosco 300g. Miolo: 16 pág., Formato: Até 21x29.7cm, 4 cores, Tinta Escala em Couché Fosco 150g. Orientação: retrato ou paisagem. Dobrado, Grampeado ou colado e com lobada, se for o caso. Laminação Fosca=1 LADOS Capa. Verniz localizado UV 1 lado. Número de páginas (fl.): até 80		6000 (120 tiragens de 50 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
22	Marcador de livro  Papel capa: Papel- Cartão supremo 300g; Papel miolo: Papel- Cartão supremo 300g; Formato: 6cm x 20cm  Número de cores capa: 4 Número de cores miolo: 4.		12000 (120 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
23	Livro-álbum  Capa: aberto 46,6 x 27cm; papel cartão 250 g; 4x4 cores; verniz UV localizado; Miolo: 23 x 27cm; papel LWC Lightweight / AP / chouchê brilhante 60 a 70g; 4x4 cores; número de página no miolo: 112.		2000 (4 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
24	Foto autocolantes  papel adesivo A4 ; 4x0 cores. 110 modelos. Tamanho: 6,5 x 5cm As figuras devem vir embaladas em envelope de papel opaco no tamanho das figuras;		220.000 (04 tiragens de 500 unidades de cada um dos 110 modelos)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

	cada embalagem deve conter cinco fotos sortidas.				
25	Livro ilustrado  Número de páginas: 48 a 100 Capa dura com sobrecapa: 26.5 x 22 fechado; 4 x 4 cores lombada quadrada; laminação fosca; verniz UV localizado. Sobrecapa (medida fechada) – 26.5 x 22 c/ orelha; papel couchê fosco 180 g; 4x4 cores; laminação fosca. Miolo – 26 x 22 ; papel couchê fosco 150 g; 4x4 cores; cola; costura.		500 unidades (05 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
26	Catálogo 02  Capa: 29,7x42 cm; 4x4 cores, tinta escala em couchê fosco 300g. Miolo: 16pág, formato até 21x29,7 cm. 4 cores, tinta escala em couchê fosco 150g. Orientação: retrato ou paisagem dobrado, grampeado ou colado e com lombada, se for o caso. Laminação fosca 1 lado, capa. Verniz localizado UV1 lado. Número de páginas: 16 a 120.		20.000 (200 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
27	Selo autoadesivo  Selo autoadesivo redondo em Papel A4, 4x0, medida 3,8 cm		1000 (2 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
28	Envelope postal  Papel A4 4x0, lombada quadrada de até 01 cm, formato fechado 12,5 x 21cm		2000 (4 tiragens de 500 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
29	Adesivo identificação setorial  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 29,5x12 cm		QUANTIDA DE: 1500 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
30	Adesivo identificação dependências (10x12)  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 10x12 cm		QUANTIDA DE: 500 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
31	Adesivo quadrado grande  Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 40x40 cm		QUANTIDA DE: 100 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
32	Adesivo identificação de veículo		QUANTIDA DE: 200	R\$ XXXX	R\$ XXXX



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

	Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 60x30 cm		(tiragem mínima: 02 unidades)		
33	Adesivo quadrado extragrande Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 60x60 cm		QUANTIDADE DE: 100 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
34	42: Adesivo automotivo Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 Tamanho máximo 10x12 cm. Cola na frente (para instalação INTERNA em para-brisa veicular.		QUANTIDADE DE: 2000 (20 tiragens de 100 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
35	Adesivo geral Impressão digital colorida de autoadesivo opaco fosco acrílico 180g/m2 Tamanho máximo 10x12 cm		QUANTIDADE DE: 2000 20 tiragens de 100 unidades	R\$ XXXX	R\$ XXXX
36	Lona para empena horizontal – rua José de Alencar Instalação e impressão de painel vertical em lona com a gramatura de 440 gramas, digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, com borda reforçada com ilhós, para ser instalada no painel externo situado no campus I – 9,0 x 3,0 m. PAINEL HORIZONTAL. ALTURA MÉDIA DA BASE DA PLACA: 4M INSTALAÇÃO DO PAINEL: Campus I – Av. Amazonas, 5253 – Nova Suíça – CEP: 30421-169 – Belo Horizonte (MG)		06 unidades (tiragem mínima: 01)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
37	Lona para empena vertical – Avenida Amazonas Instalação e Impressão de painel em lona com a gramatura de 440 gramas, digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, com borda reforçada com ilhós, para ser instalada no painel externo situado no campus I – 10,2 x 3,5 m. ATENÇÃO: PAINEL VERTICAL. INSTALAÇÃO DEMANDA RAPPEL (preferencialmente) OU CAMINHÃO MUNCK. INSTALAÇÃO DO PAINEL: Campus I – Av. Amazonas, 5253 – Nova Suíça – CEP: 30421-169 – Belo Horizonte (MG)		06 (tiragem mínima: 01 unidade)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
38	Lona para empena horizontal – campus II Instalação e Impressão digital colorida com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de painel em lona com 440 gramas de gramatura, com borda reforçada em ilhós, fixada com abraçadeiras para ser instalada em uma estrutura móvel no campus II do CEFET- MG. medidas: 4,82x2,82. INSTALAÇÃO DO PAINEL: Avenida Amazonas, 7675 – Nova Gameleira. CEP 30510-000 Belo Horizonte (MG)		06 (tiragem mínima: 1)	R\$ XXXX	R\$ XXXX



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

39	Lona - metro Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de Banner em lona, gramatura de 440 gramas, com acabamento em ilhós e cordão; ou bastão de metalão, se necessário. Formato mínimo: 1x1. Máximo: 8x3		QUANTIDA DE: 210m Unidades (tiragem mínima: 01 unidade de 3x3m)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
40	Banner 1 x 1,5 Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de banner em lona, com 440 gramas de gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 1,00 x 1,50 m		100 (tiragem mínima: 01 unidade).	R\$ XXXX	R\$ XXXX
41	Banner 1,2 x 0,80 Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de Banner em lona, gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 0,80 x 1,20 m		1200 (tiragem mínima: 01)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
42	Faixa 2,0 x 0,70 Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, frente e verso, de Banner em lona, gramatura, com acabamento de bastão, corda e ponteira – 0,70 x 2,0 m		200 (tiragem mínima: 01 unidade).	R\$ XXXX	R\$ XXXX
43	Faixa 4,2 x 0,80 Impressão digital colorida, com no mínimo 1.200 dpi de resolução, somente frente, de faixa em lona com 380 gramas de gramatura, com acabamento de bastão e corda nas extremidades – 4,2 x 0,80 m		100 (tiragem mínima: 02 unidades)	R\$ XXXX	R\$ XXXX
<b>TOTAL:</b>					<b>R\$ XXXX</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em...../...../ , podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.2. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: BH0- Diretoria Geral (11.01)

Fonte: Recursos Ordinários do Tesouro Nacional (8100000000)

Programa de Trabalho: Funcionamento Inst. Federais Ensino - Minas Gerais (169368)

Elemento de Despesa: Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica (339039)

Pl: Manutenção da unidade (L0000P0100N)

NOTA DE EMPENHO: 2021NE.....

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPn. 5/2017.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.1.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.1.3. indenizações e multas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.1.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Minas Gerais - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte, ..... de ..... de 2021.

**Prof. Flávio Antônio dos Santos**  
**Diretor-Geral**  
**CEFET/MG**

**Representante legal da Empresa**

**TESTEMUNHAS:**

MINUTA CCONT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

## MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PREPOSTO DA CONTRATADA

Processo nº: 23062.002697/2020-86

Contrato nº: \_\_\_\_/2021

Objeto: IMPRESSÃO POLICRÔMICA EM PAPEL, LONA E ADESIVO

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 01/2021

Vimos, por meio desta, apresentar o Preposto para acompanhar a fiel execução do Contrato nº: \_\_\_\_/2021, nos termos do artigo 68 da Lei 8.666/93, conforme descrito abaixo:

Nome:	
CPF:	
Profissão:	
Cargo:	
OBS.: O Representante Legal da empresa deverá indicar uma pessoa. O Representante Legal também poderá ser o preposto, devendo assim também preencher o quadro.	
E-mail da Empresa:	

\_\_\_\_\_  
**Responsável legal da CONTRATADA  
EMPRESA**

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

A Administração se declara de acordo com o preposto acima indicado.

Fiscal, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.  
(Nome e Cargo do Fiscal)

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS  
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021  
(Processo Administrativo N.º 23062.002697/2020-86)**

**ANEXO IV  
DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG declara, para os fins do Edital Pregão Eletrônico N°01/2021 que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ N° \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável Técnico o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade N° \_\_\_\_\_ e do CPF N° \_\_\_\_\_, esteve no local onde será realizada....., localizado na \_\_\_\_\_ e tomou conhecimento das condições que os mesmos possam oferecer para sua perfeita execução, bem como conferiu todos os detalhes, medidas e quantitativos apresentados nos Anexos deste Edital.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
NOME E CPF DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL POR ACOMPANHAR A VISITA TÉCNICA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021**  
**(Processo Administrativo N.º 23062.002697/2020-86)**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE DESINTERESSE DE VISTORIA COM AFIRMAÇÃO DAS  
CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada  
à \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, não  
teve interesse em realizar a vistoria no local onde serão executados os serviços objetos do  
Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_\_, se responsabilizando por todas as consequências deste  
ato. Dentre elas, a aceitação tácita das condições do local e estrutura onde os serviços serão  
realizados, não podendo se escusar em nenhum fato desta natureza para não aceitar a  
adjudicação do objeto, nem tampouco aventar, no futuro, questionamento técnico ou financeiro  
decorrentes, ciente de que está sujeita as penalidades previstas no Edital e no contrato.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura/ Carimbo do Declarante

\_\_\_\_\_  
Assinatura/ Carimbo da Empresa

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021**  
**(Processo Administrativo N.º 23062.002697/2020-86)**

**ANEXO VI**

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**  
**(EM PAPEL TIMBRADO COM DADOS DA EMPRESA, INCLUSIVE TELEFONE DE**  
**CONTATO E ENDEREÇO ELETRÔNICO – CONTA DE E- MAIL).**

Ao  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
Referente: Edital Pregão Eletrônico Nº01/2021

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (em R\$)</b>
<b>1</b>	Descrição do item			
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>				

Apresentamos a V.Sª nossa proposta para fornecimento ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, pelo preço unitário por item de R\$\_\_\_\_\_ (por extenso), nos termos do Edital.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

O prazo final de prestação do serviço proposto será o estabelecido no Edital e seus Anexos, contados da assinatura do Contrato.

Os dados bancários da empresa são: Banco\_\_\_\_\_; Agência\_\_\_\_\_; Conta\_\_\_\_\_.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação do fornecimento, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, materiais, impostos, seguro, taxas, embalagens, fretes, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos, ainda, que estamos cientes e de acordo que as intimações ou notificações decorrentes da contratação, caso necessário, serão formalizadas eletronicamente para o e-mail da empresa informado nesta proposta comercial.

Local e Data.

\_\_\_\_\_  
[Nome e Assinatura do Representante da Empresa Emitente]  
Cargo / CPF / RG